



Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2018

ISBN 978-65-87201-31-3
© IBGE, 2020

A presente publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE constitui uma síntese do desempenho da economia brasileira no ano de 2018 sob a perspectiva dos resultados do Sistema de Contas Nacionais - SCN¹.

O SCN, que segue as recomendações internacionais do manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008, apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País. Há também dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo.

As Tabelas de Recursos e Usos do SCN apresentam a produção e a geração da renda por atividades econômicas, assim como a oferta e a demanda por produtos. A classificação de atividades do SCN é baseada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

As Contas Econômicas Integradas oferecem um recorte da economia por setores institucionais: empresas não financeiras, empresas financeiras, governo, instituições sem fins de lucro a serviço das famílias, e famílias.

Em 2018, o Produto Interno Bruto - PIB cresceu 1,8%. Em valores correntes, o PIB foi R\$ 7 004 bilhões, e o PIB *per capita*, R\$ 33 593,82.

O crescimento do PIB em 2018 resultou de um aumento de 1,8% no valor adicionado bruto, com destaque para o grupo *Serviços*, que cresceu 2,1%, enquanto os impostos sobre produtos, líquidos de subsídios cresceram 2,0%.

Síntese do desempenho da economia brasileira 2018

1,8%

PIB
Variação em volume

PIB
per capita

R\$ 33 593,82

15,1%

Taxa
de investimento


2,3%

Consumo
das famílias
variação em volume

R\$ 7 004
bilhões

Produto Interno Bruto

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2015, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Outras informações sobre o SCN estão disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>.

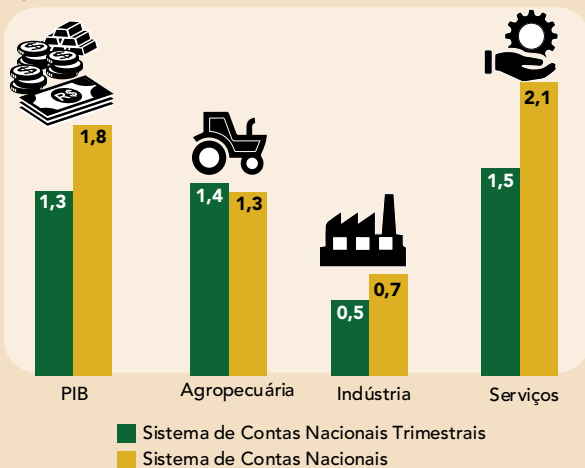
As revisões do SCN

O SCN incorpora em cada publicação novas informações ou dados que não estavam disponíveis nas anteriores. As maiores diferenças, ou revisões, nos agregados macroeconômicos devem-se à incorporação dos dados das pesquisas econômicas estruturais do IBGE: Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa, Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC, Pesquisa Anual de Comércio - PAC e Pesquisa Anual de Serviços - PAS. O SCN incorpora ainda os dados, agregados por categorias da CNAE 2.0, da Escrituração Contábil Fiscal - ECF, da Secretaria da Receita Federal, provenientes das declarações de imposto de renda das empresas.

Em relação aos resultados preliminares do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT, o crescimento do PIB em 2018 foi revisado de 1,3% para 1,8%. Essa revisão decorreu, principalmente, da incorporação de novos dados, advindos da PAS e da ECF, para o conjunto das atividades de *Serviços* (+0,6%), em particular para *Outras atividades de serviços* (+2,0%). Os *Serviços* respondem por cerca de 1/3 da economia brasileira. Pela ótica dos usos, as maiores revisões ocorreram no consumo final das famílias e de instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (+0,3%) e na formação bruta de capital fixo (+1,3%).

Revisões do PIB e do valor adicionado bruto dos grupos de atividades econômicas, por tipos de resultados (%)

2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O PIB pela ótica da produção

O PIB pela ótica da produção é calculado somando-se ao valor adicionado bruto gerado por cada atividade econômica o total dos impostos sobre os produtos, líquidos de subsídios.

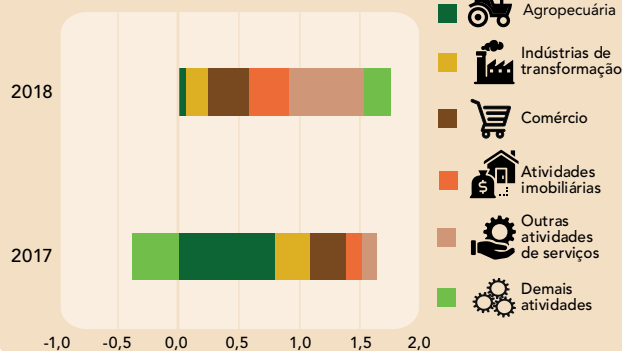
Em 2018, o valor adicionado bruto cresceu 1,8% em volume, sendo que 1,5 ponto percentual se deveu ao crescimento de 2,1% do setor de *Serviços*. A *Agropecuária* registrou crescimento de 1,3% e

contribuiu com 0,1 ponto percentual para o crescimento do valor adicionado bruto, enquanto a *Indústria* apresentou uma variação positiva de 0,7%, contribuindo com 0,2 ponto percentual.

Em 2017, os grupos de atividades que mais contribuíram para o aumento desse agregado foram a *Agropecuária*, a *Indústria de transformação* e o *Comércio*. Em 2018, o *Comércio* se manteve como uma das atividades com maior contribuição para o crescimento, mas os outros segmentos que se destacaram foram *Atividades imobiliárias* e *Outras atividades de serviços*.

Contribuição para a variação, em volume, do valor adicionado bruto a preços básicos, por grupo de atividades econômicas (%)

2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O *Comércio* avançou 2,6%, destacando-se a influência do comércio de veículos, com o crescimento do volume das margens de comercialização de automóveis (16,4%), caminhões (63,5%) e peças para veículos (8,3%).

As *Atividades imobiliárias*, por sua vez, apresentaram acréscimo de 3,3%, contribuindo com 0,3 ponto percentual para o aumento do valor adicionado bruto da economia. Essa variação é resultado do crescimento da produção, tanto do aluguel efetivo e serviços imobiliários (4,0%) quanto do aluguel imputado (2,9%).

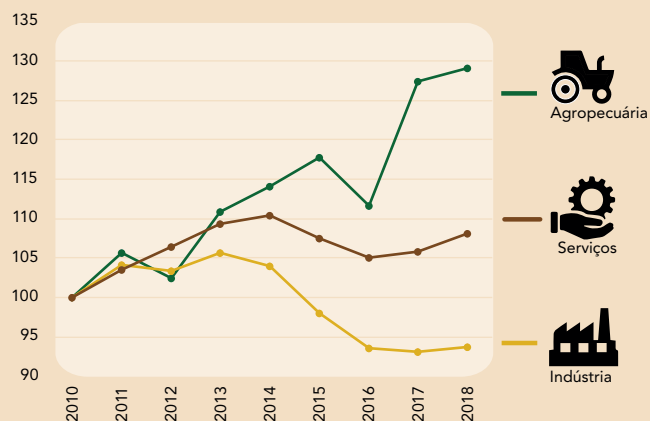
As *Outras atividades de serviços* apresentaram crescimento de 3,5%, e, entre as atividades componentes, as de maior impacto foram os *Serviços de alimentação* (4,9%), a *Saúde privada* (4,4%) e *Outras atividades administrativas e serviços complementares* (3,3%).

Em 2018, a atividade *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* registrou um crescimento de 3,7%, com destaque para a atividade *Energia elétrica, gás natural e outras utilidades*, com crescimento de 4,1%. O crescimento do valor adicionado bruto dessa atividade foi decorrente de um aumento em volume da produção (1,9%) maior que o incremento em volume do consumo intermediário (0,5%), o que pode ser explicado pelo menor uso das termelétricas em relação ao ano anterior e, consequentemente, pela redução do uso de insumos energéticos para a geração elétrica.

Valor adicionado bruto a preços básicos, por grupos de atividades econômicas

(Número índice: 2010 = 100)

2010-2018

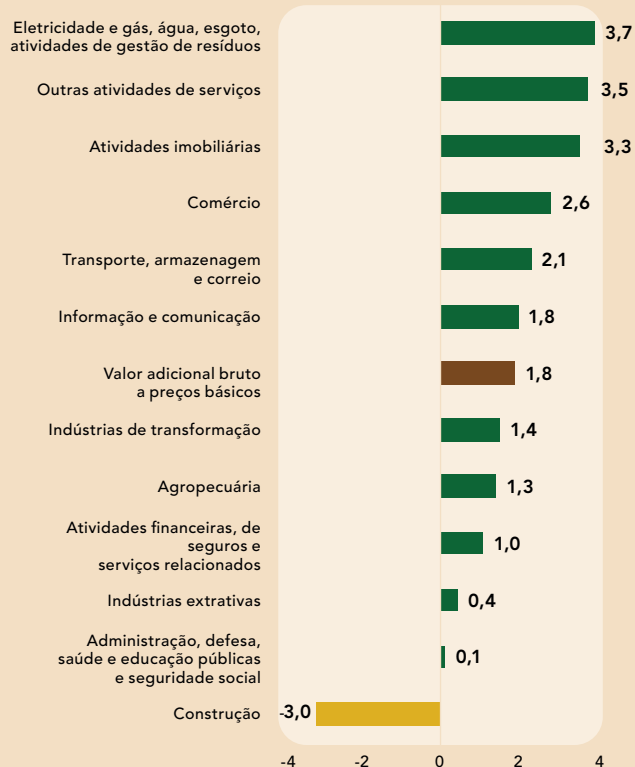


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A atividade *Construção*, por outro lado, que mantém, desde 2014, uma série de resultados negativos, foi o único grupo com queda em volume no valor adicionado bruto em 2018 (-3,0%).

Varição, em volume, do valor adicionado bruto a preços básicos, segundo as atividades econômicas (%)

2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O PIB pela ótica da demanda

Além da contribuição de cada atividade econômica, o PIB também pode ser calculado pela soma dos componentes da demanda final, que são o consumo final, os investimentos e o saldo líquido entre exportações e importações de bens e serviços.

Em 2018, as exportações cresceram 4,1%, enquanto as importações aumentaram 7,7%, o que resultou em uma contribuição negativa do saldo externo para a variação do PIB (-0,4%).

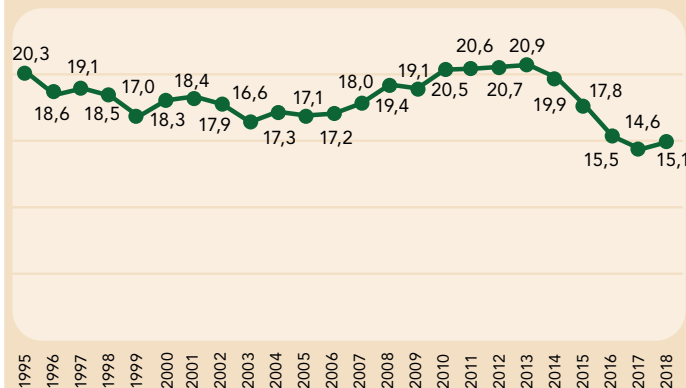
As despesas de consumo final registraram um crescimento em volume de 2,0% em 2018. O consumo das famílias, que possui o maior peso na demanda final, representando 63,2% do PIB, cresceu 2,3%. A variação de preços dos bens e serviços consumidos pelas famílias, em 2018, foi 4,0%. A despesa de consumo final do governo, que engloba as despesas com bens e serviços oferecidos pelo governo à coletividade, cresceu 0,8% em 2018, sendo que, em 2017, havia caído 0,7%.

A maior parte dos grupos de produtos que compõem as despesas do consumo final das famílias apresentou variações positivas de volume em 2018, com exceção dos grupos educação (-0,1%) e vestuário (-0,6%). Entre os grupos de produtos que registraram as maiores contribuições para o aumento do consumo das famílias, destacam-se os artigos de residência (4,0%), a saúde (4,0%) e os transportes (3,1%).

A formação bruta de capital fixo da economia brasileira somou R\$ 1 057,4 bilhões em 2018. Sua variação em volume foi 5,2%, um resultado positivo depois de quatro anos seguidos de queda. A taxa de investimento, que consiste na razão entre a formação bruta de capital fixo e o PIB, foi 15,1%, registrando um crescimento de 0,5 ponto percentual em relação a 2017, ano com a menor taxa da série iniciada em 1995.

Evolução da taxa de investimento (%)

1995-2018

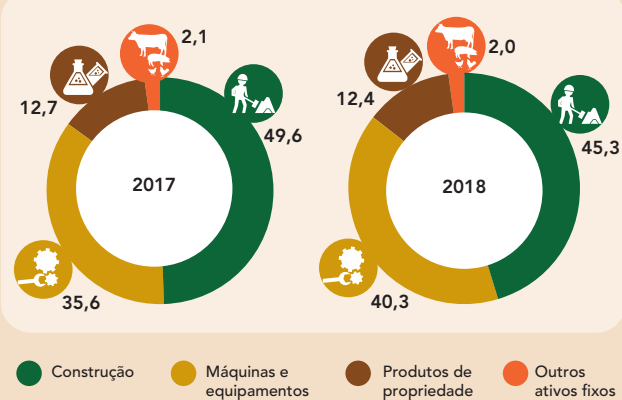


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Construção continua sendo o grupo de maior relevância entre os componentes da formação bruta de capital fixo, mas sua representatividade diminuiu novamente, passando de 49,6%, em 2017, para 45,3%, em 2018. O segundo grupo mais importante, *Máquinas e equipamentos*, aumentou sua relevância, passando de 35,6% para 40,3%, enquanto a participação dos *Produtos de propriedade intelectual* se manteve praticamente inalterada, passando de 12,7% para 12,4% nesse período.

Componentes da formação bruta de capital fixo (%)

2017-2018

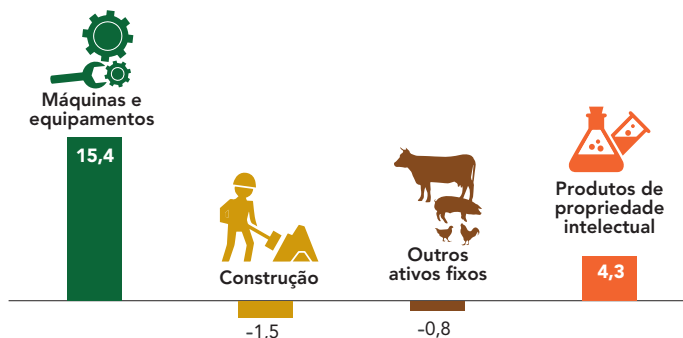


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A participação da construção residencial, em 2018, correspondeu a 48,0% do total da *Construção*, enquanto outros edifícios e estruturas responderam por 52,0%. A composição do grupo *Máquinas e equipamentos* ficou assim distribuída: 36,7%, equipamentos de transporte; 15,7%, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC); e 47,6%, outras máquinas e equipamentos. No que se refere aos *Produtos de propriedade intelectual*, 65,8% correspondem a *software*, bancos de dados e exploração mineral, e 34,2%, a pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Variação em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo (%)

2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Quanto à variação em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo, *Construção* e *Outros ativos fixos* apresentaram retração em 2018, com variações de -1,5% e -0,8%, respectivamente. O investimento em *Máquinas e equipamentos* cresceu 15,4%, e, em *Produtos de propriedade intelectual*, 4,3%. A magnitude do crescimento observado em *Máquinas e equipamentos* se deve ao incremento de 42,9% em equipamentos de transporte, justificado pelo efeito contábil da incorporação de bens destinados à indústria de óleo e gás decorrente de modificações no regime REPETRO².

O PIB pela ótica da renda

Outra maneira de calcular o PIB é a soma das remunerações dos fatores de produção utilizados no processo produtivo, disponibilizada sob a forma de parcela destinada aos empregados (salários e contribuições sociais), excedente operacional bruto e rendimento misto das famílias, além dos impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação referentes à participação do governo.

Componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda

2017-2018

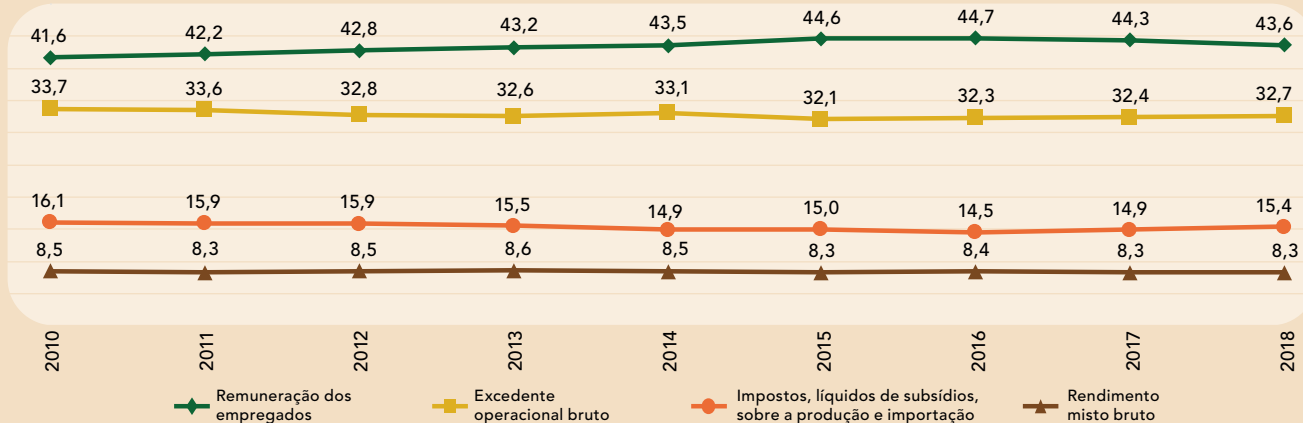
Componentes do PIB	2017		2018	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Produto Interno Bruto	6 585	100,0	7 004	100,0
Remuneração	2 921	44,3	3 056	43,6
Salários	2 312	35,1	2 422	34,6
Contribuições sociais	608	9,2	633	9,0
Rendimento misto bruto	547	8,3	584	8,3
Excedente operacional bruto	2 134	32,4	2 288	32,7
Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	983	14,9	1 077	15,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em ascensão, os impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação alcançaram 15,4% do PIB em 2018, e a contribuição do excedente operacional bruto atingiu 32,7%. As remunerações diminuíram, chegando a 43,6% do PIB em 2018, enquanto a participação do rendimento misto das famílias se manteve em 8,3%.

² Regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens que se destina às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=48306&visao=anotado>

Evolução da participação dos componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda (%) 2010-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

As ocupações autônomas, que compreendem ocupações por conta própria, empregadores de unidades informais e trabalho não remunerado, registraram aumento da participação em relação ao total das ocupações, atingindo 31,8% em 2018. A atividade de *Transportes, armazenagem e correios* se destacou no crescimento das ocupações autônomas, manteve a trajetória ascendente dos últimos anos e atingiu 10,0% de variação entre 2017 e 2018, aproximando-se de 2 milhões de ocupações autônomas no último ano.

Inversamente, houve queda de 1,8% no número de ocupações autônomas de *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* entre 2017 e 2018, mas crescimento de 4,1% de ocupações com vínculo formal no mesmo período, chegando a 1,15 milhão em 2018. No total da economia, a participação das ocupações com vínculo formal, isto é, aquelas referentes às pessoas com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares e empregadores de empresas formalmente constituídas, registrou queda (de 51,4%, em 2017, para 50,9%, em 2018).

Ocupações, segundo a forma de inserção no mercado de trabalho 2017-2018

Ocupações	2017		2018	
	Total (1 000)	Percentual (%)	Total (1 000)	Percentual (%)
Total	101 618	100,0	104 340	100,0
Com vínculo formal	52 220	51,4	53 060	50,9
Sem carteira	17 329	17,1	18 102	17,3
Autônomos	32 069	31,6	33 179	31,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução do valor adicionado bruto e das ocupações por grupos de atividades

As tabelas, a seguir, mostram o crescimento do valor adicionado bruto e do número de ocupações, por atividade econômica, no período de 2005 a 2018. As tabelas estão coloridas de acordo com a magnitude de variação das taxas: resultados mais positivos figuram em tons mais escuros de verde, enquanto a tonalidade salmão será mais forte para resultados mais negativos.

Na primeira tabela, de variação do valor adicionado bruto, observa-se que os grupos com maior frequência de anos de crescimento no período foram *Atividades imobiliárias e Administração, saúde e educação públicas*. No entanto, apesar da estabilidade, a atividade *Administração, saúde e educação públicas* apresentou baixas taxas de crescimento, de aproximadamente 1,4% no período, contra uma taxa de 2,1% observada no total da economia.

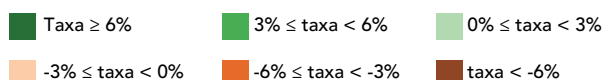
A série também mostra que quedas mais significativas do valor adicionado bruto são raras, destacando-se as ocorridas nas atividades *Indústrias de transformação* (2009 e 2015), *Comércio* (2015 e 2016) e *Construção* (2015, 2016 e 2017). Também é possível observar que os anos de 2004 a 2008 foram de crescimento em praticamente todas as atividades, enquanto os anos de 2015 e 2016, por outro lado, registraram queda generalizada desse agregado. Os anos de 2017 e 2018 caracterizaram-se pela recuperação do crescimento, com exceção da atividade *Construção*.

A segunda tabela, de variação do número de ocupações, mostra a tendência de crescimento para a média da economia no período de 2005 a 2014, seguida de uma queda nos anos de 2015 e 2016 e de recuperação nos anos de 2017 e 2018. Na série, é possível observar a tendência de redução do número de ocupações na atividade *Agropecuária*, com redução de 25,8% no período entre 2005 e 2018.

Variação em volume do valor adicionado bruto a preços básicos (%)

2005-2018

Grupos de atividades	Variação em volume do valor adicionado bruto a preços básicos (%)													
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	3,0	3,7	5,8	4,7	(-) 0,1	7,0	3,7	1,6	2,9	0,5	(-) 3,2	(-) 2,9	1,3	1,8
Agropecuária	1,1	4,6	3,2	5,8	(-) 3,7	6,7	5,6	(-) 3,1	8,4	2,8	3,3	(-) 5,2	14,2	1,3
Indústrias extrativas	6,8	6,5	2,9	4,1	(-) 2,1	14,9	3,5	(-) 1,9	(-) 3,2	9,1	5,7	(-) 1,2	4,9	0,4
Indústrias de transformação	2,2	1,2	6,1	4,1	(-) 9,3	9,2	2,2	(-) 2,4	3,0	(-) 4,7	(-) 8,5	(-) 4,8	2,3	1,4
Eleticidade, gás e água	3,1	4,1	6,1	2,6	0,7	6,3	5,6	0,7	1,6	(-) 1,9	(-) 0,4	6,5	0,9	3,7
Construção	(-) 2,1	0,3	9,2	4,9	7,0	13,1	8,2	3,2	4,5	(-) 2,1	(-) 9,0	(-) 10,0	(-) 9,2	(-) 3,0
Comércio	3,1	5,0	8,3	5,3	(-) 2,3	11,1	2,3	2,4	3,4	0,6	(-) 7,3	(-) 6,6	2,3	2,6
Transporte, armazenagem e correio	3,6	2,5	5,1	7,6	(-) 4,4	11,2	4,3	2,0	2,6	1,5	(-) 4,3	(-) 5,6	1,0	2,1
Informação e comunicação	5,8	0,8	6,4	9,8	0,0	5,4	6,5	7,0	4,0	5,3	(-) 0,9	(-) 2,0	1,4	1,8
Atividades financeiras e de seguros	5,8	8,2	15,1	13,2	8,8	9,3	6,2	1,5	1,8	(-) 0,6	(-) 1,2	(-) 3,4	(-) 1,1	1,0
Atividades imobiliárias	4,2	4,7	6,0	1,4	3,0	4,9	1,9	5,1	5,1	0,7	(-) 0,4	0,2	1,3	3,3
Outras atividades de serviços	4,9	3,8	3,6	4,7	3,0	3,3	4,6	3,6	1,6	1,9	(-) 3,7	(-) 1,3	0,7	3,5
Administração, saúde e educação públicas	1,0	3,9	2,2	0,6	3,4	2,2	1,9	1,3	2,2	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1

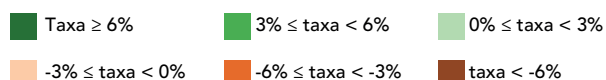


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Variação do número de ocupações (%)

2005-2018

Grupos de atividades	Variação do número de ocupações (%)													
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	3,0	2,8	1,6	1,2	0,9	1,6	1,5	1,4	1,6	2,9	(-) 3,3	(-) 1,6	1,3	2,7
Agropecuária	0,7	(-) 3,1	(-) 4,2	(-) 2,8	(-) 3,0	(-) 2,0	(-) 7,1	(-) 6,6	0,1	5,4	(-) 7,3	(-) 0,2	(-) 0,2	2,3
Indústrias extrativas	0,9	(-) 1,2	8,7	0,5	0,8	9,8	9,7	2,4	2,9	(-) 2,1	(-) 4,8	(-) 15,3	(-) 4,2	(-) 0,2
Indústrias de transformação	8,0	0,2	4,1	3,2	(-) 1,3	6,1	1,4	1,5	1,5	(-) 1,7	(-) 5,9	(-) 5,5	1,4	1,7
Eleticidade, gás e água	1,7	2,8	1,9	6,4	1,3	4,5	3,8	0,0	3,9	(-) 9,2	(-) 1,1	(-) 1,3	3,2	4,6
Construção	4,7	1,1	5,0	4,9	5,8	8,5	3,2	5,9	2,7	3,9	(-) 5,6	(-) 7,0	(-) 4,3	(-) 1,0
Comércio	4,1	4,5	2,3	(-) 1,7	2,4	2,0	1,5	2,7	0,1	4,2	(-) 2,5	(-) 1,9	1,8	2,1
Transporte, armazenagem e correio	3,6	3,4	3,4	5,8	(-) 7,8	4,2	4,5	4,4	1,5	2,3	(-) 0,5	(-) 0,1	4,3	1,5
Informação e comunicação	7,9	9,0	3,5	4,6	(-) 0,8	3,2	7,1	4,6	0,8	7,2	(-) 3,3	(-) 3,0	(-) 1,1	0,9
Atividades financeiras e de seguros	1,4	1,2	4,2	(-) 2,3	1,5	6,1	3,1	1,6	(-) 0,7	8,5	(-) 1,6	0,8	(-) 1,1	3,8
Atividades imobiliárias	(-) 0,5	7,8	5,6	(-) 3,6	(-) 3,7	7,3	0,3	7,1	5,9	3,4	3,0	4,5	0,6	6,4
Outras atividades de serviços	1,7	6,4	1,4	3,4	2,8	(-) 1,8	4,9	2,3	1,3	4,2	(-) 1,4	0,4	3,4	4,8
Administração, saúde e educação públicas	1,8	5,1	5,1	1,1	2,5	3,9	1,7	2,3	5,9	(-) 1,5	(-) 2,2	(-) 0,4	(-) 0,6	1,8



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

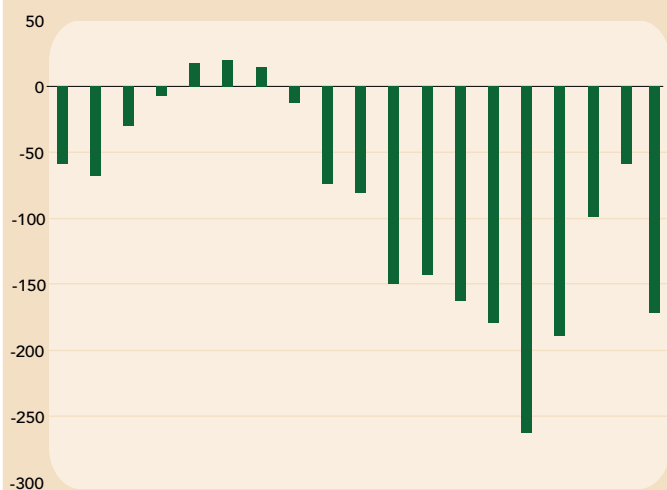
Setores institucionais

A necessidade de financiamento da economia brasileira, de R\$ 166,7 bilhões em 2018, apresentou uma forte elevação em relação a 2017, quando atingiu R\$ 67,4 bilhões, com um aumento de 147,6% em termos nominais. Essa piora na necessidade de financiamento do País se deu de forma generalizada nas transações com o resto do mundo, abrangendo tanto o desempenho do comércio exterior, das rendas de propriedades líquidas enviadas ao resto do mundo, responsável pelo maior impacto, como as outras transferências líquidas enviadas ao exterior.

No tocante ao comércio exterior, o crescimento nominal de 28,5% das importações de bens e serviços (de R\$ 777,1 bilhões em 2017 para R\$ 997,5 bilhões em 2018), superior, portanto, ao incremento nominal de 24,3% das exportações (de R\$ 824,4 bilhões em 2017 para R\$ 1,025 trilhão em 2018), gerou um saldo externo de bens e serviços de R\$ 27,6 bilhões em 2018. Diante do saldo do ano anterior de R\$ 47,3 bilhões, observa-se que houve uma redução de R\$ 19,7 bilhões, significando uma queda de 41,7% em termos nominais.

Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento da economia (R\$ bilhões)

2000-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em 2018, ocorreu também um aumento do envio líquido de rendas de propriedade ao resto do mundo, que passou de R\$ 124,0 bilhões, em 2017, para R\$ 195,7 bilhões, em 2018, contribuindo com R\$ 71,6 bilhões para a piora da necessidade de financiamento do País. A principal contribuição para isso se deu na conta de lucros reinvestidos de investimento estrangeiro direto, já que, enquanto os lucros reinvestidos pelo resto do mundo na economia brasileira

registraram uma queda nominal de 80,0% (de R\$ 49,8 bilhões em 2017 para R\$ 10,0 bilhões em 2018), os realizados pela economia brasileira no resto do mundo registraram um incremento nominal de 87,0% (de R\$ 31,9 bilhões em 2017 para R\$ 59,6 bilhões em 2018).

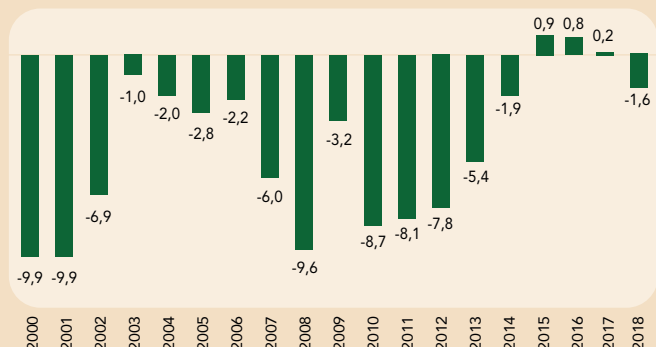
Com uma contribuição menor, porém também importante, estão as outras transferências correntes diversas líquidas recebidas do resto do mundo, especificamente as transferências correntes diversas, que, durante a década de 2010, não haviam apresentado um recebimento líquido tão baixo (R\$ 0,6 bilhão). Em 2017, esse valor foi R\$ 8,1 bilhões, o que significou uma perda de R\$ 7,5 bilhões em 2018.

O setor empresas não financeiras

O setor empresas não financeiras voltou a apresentar necessidade de financiamento em 2018. É raro, mesmo em circunstâncias bastante adversas, ocorrer capacidade de financiamento nesse setor, ainda mais por todo um triênio, como foi verificado entre 2015 e 2017. Portanto, a volta da necessidade de financiamento para as empresas não financeiras indica um retorno à normalidade econômico-financeira do setor.

Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento em relação ao valor adicionado bruto das empresas não financeiras (%)

2000-2018



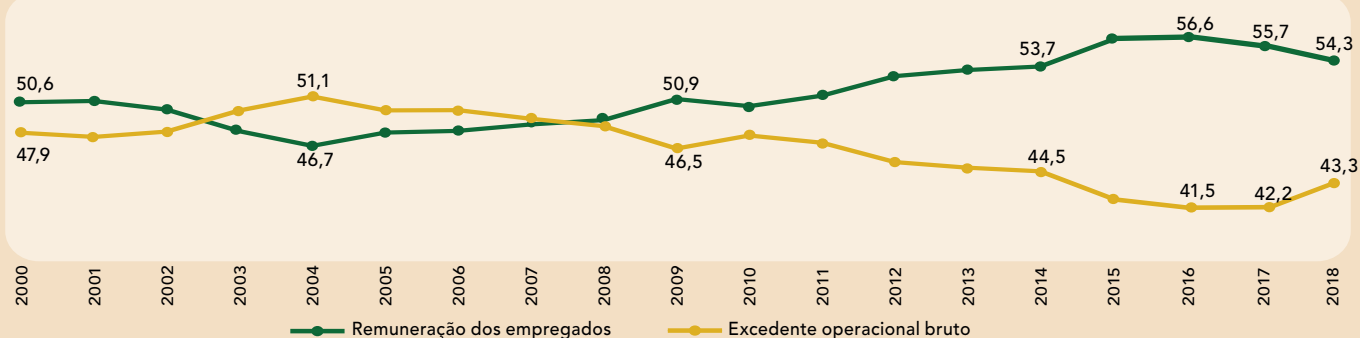
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Pela segunda vez nesta década e de forma consecutiva, o excedente operacional bruto desse setor apresentou crescimento superior ao das remunerações pagas aos empregados, em relação ao valor adicionado bruto. Dessa forma, uma mudança na trajetória desses indicadores começa a se consolidar.

A poupança bruta do setor também seguiu em crescimento, passando de R\$ 503,3 bilhões, em 2017, para R\$ 507,9 bilhões, em 2018. A formação bruta de capital fixo em relação ao valor adicionado bruto também registrou aumento de 1,2 p.p. em relação ao ano anterior. Cabe notar, porém, que esse indicador continua abaixo de sua média histórica (21,2%).

Evolução da remuneração dos empregados e do excedente operacional bruto em relação ao valor adicionado bruto das empresas não financeiras (%)

2000-2018

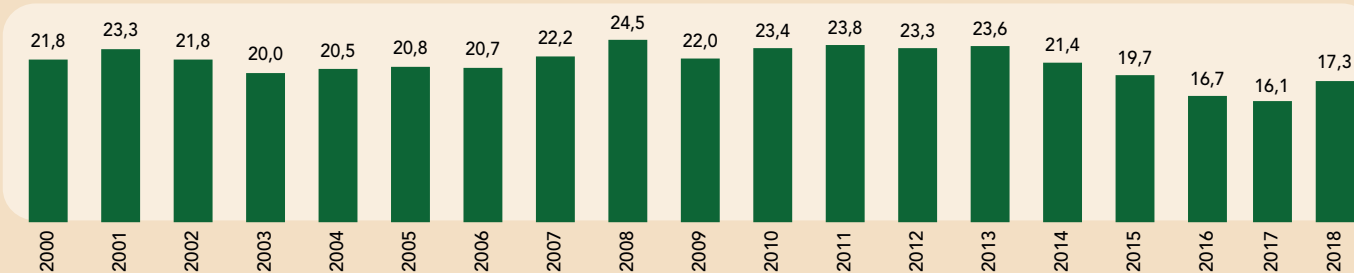


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Formação bruta de capital fixo / valor adicionado bruto (%)

Empresas não financeiras

2000-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

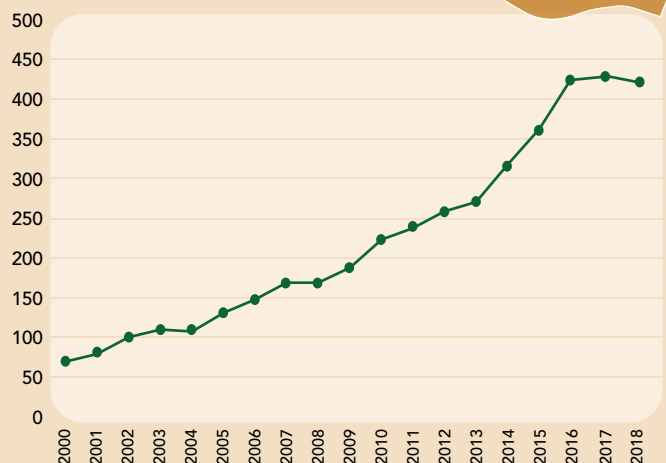
O setor empresas financeiras

Em 2018, o valor adicionado bruto das empresas financeiras apresentou uma redução nominal de 1,7% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 419,9 bilhões. O Gráfico, a seguir, apresenta a evolução desse agregado de 2000 a 2018.

O saldo das operações de crédito, em 2018, apresentou um aumento médio de 2,4% comparado ao ano anterior, que havia mostrado um recuo de 2,1%. Esse crescimento foi devido, principalmente, ao segmento voltado às famílias, que apresentou expansão de 7,1%, enquanto o crédito às empresas recuou 2,7% no ano, segundo dados do Banco Central do Brasil. Pelo lado dos juros, a redução média da taxa de juros Selic, em 2018, foi 35,3%, atingindo média de 6,6 % a.a., contra 10,2% a.a. registrada em 2017. Com isso, a despeito da recuperação do crédito, a produção dos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM), que são aqueles ligados à concessão de crédito, registrou queda nominal de 6,6%, constituindo o principal fator para a redução do valor adicionado bruto do setor financeiro em 2018.

Valor adicionado bruto das empresas financeiras (R\$ bilhões)

2000-2018

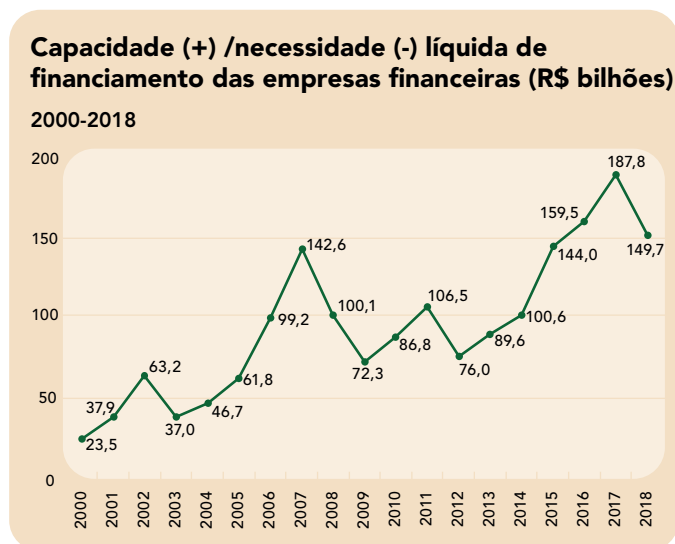


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

No tocante aos serviços do sistema financeiro diretamente medidos, aqueles associados ao pagamento de tarifas, houve um aumento de 3,5% na produção, compensando, em parte, a queda do SIFIM. O consumo intermediário do setor apresentou crescimento nominal de 3,9%.

As atividades do subsetor seguros, previdência e planos de saúde apresentaram aumento nominal de 8,3% na produção, sendo a saúde suplementar a que mais impactou o resultado do valor adicionado bruto. Na previdência complementar, as receitas das contribuições sociais apresentaram crescimento nominal de 6,6% em relação a 2017, enquanto os benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie, cresceram 3,5%, dando margem ao aumento do ajuste dos direitos de pensão às famílias, de 30,8%. Os prêmios e indenizações dos seguros vida e não vida apresentaram crescimento nominal de 2,2% em relação a 2017.

O setor empresas financeiras apresentou uma queda nominal da capacidade de financiamento de 20,3%, ao passar de R\$ 187,9 bilhões, em 2017, para R\$ 149,8 bilhões, em 2018, conforme mostra o Gráfico a seguir. Contribuíram para esse resultado o aumento de 31,8% nos pagamentos das rendas distribuídas pelas empresas (dividendos), o aumento de 21,5% nos impostos sobre a renda e patrimônio, além do crescimento de 20,5% na formação bruta de capital fixo, refletindo investimentos em tecnologia da informação no setor.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O setor governo

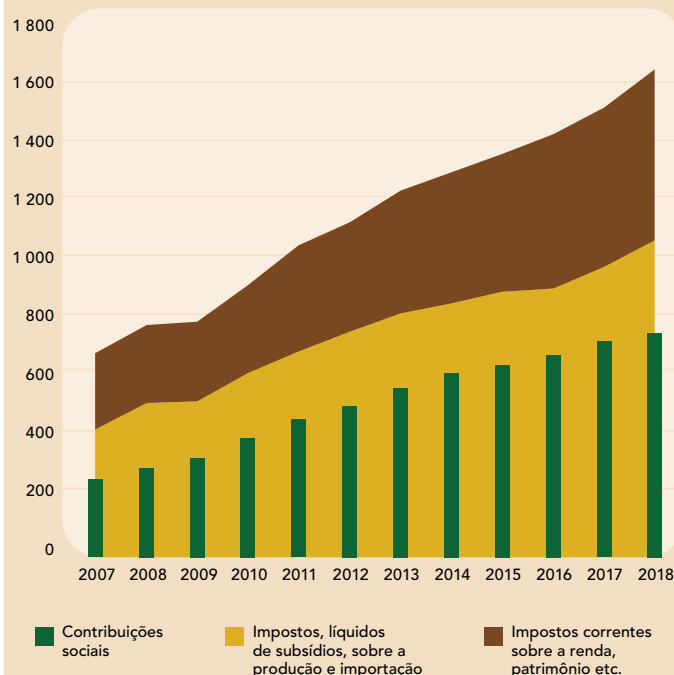
A produção do setor governo, avaliada pelos seus custos de produção, atingiu R\$ 1,4 trilhão em 2018. O consumo intermediário apresentou crescimento nominal de 7,7% em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 367,2 bilhões, enquanto o valor adicionado bruto foi R\$ 1,0 trilhão, o que representou 4,4% de crescimento nominal

em relação a 2017. Apesar desse incremento, a participação do setor no valor adicionado bruto total da economia situou-se em 17,4%, contra 17,7% registrada no ano anterior.

Pelo lado dos recursos, a receita de impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação aumentou 9,5% em termos nominais, levando a uma participação de 44,5% em relação ao total das receitas de impostos e contribuições do governo, o que representou um incremento de cerca de 1,0 ponto percentual frente a 2017. Por outro lado, enquanto os impostos sobre a renda e patrimônio mantiveram sua participação em 24,6%, as contribuições sociais, excluindo as contribuições sociais imputadas e os subsídios, mostraram um recuo de 1,0 ponto percentual, passando a uma participação de 31,5% em relação ao total das receitas de impostos e contribuições do governo.

Evolução dos impostos e contribuições sociais (R\$ bilhões)

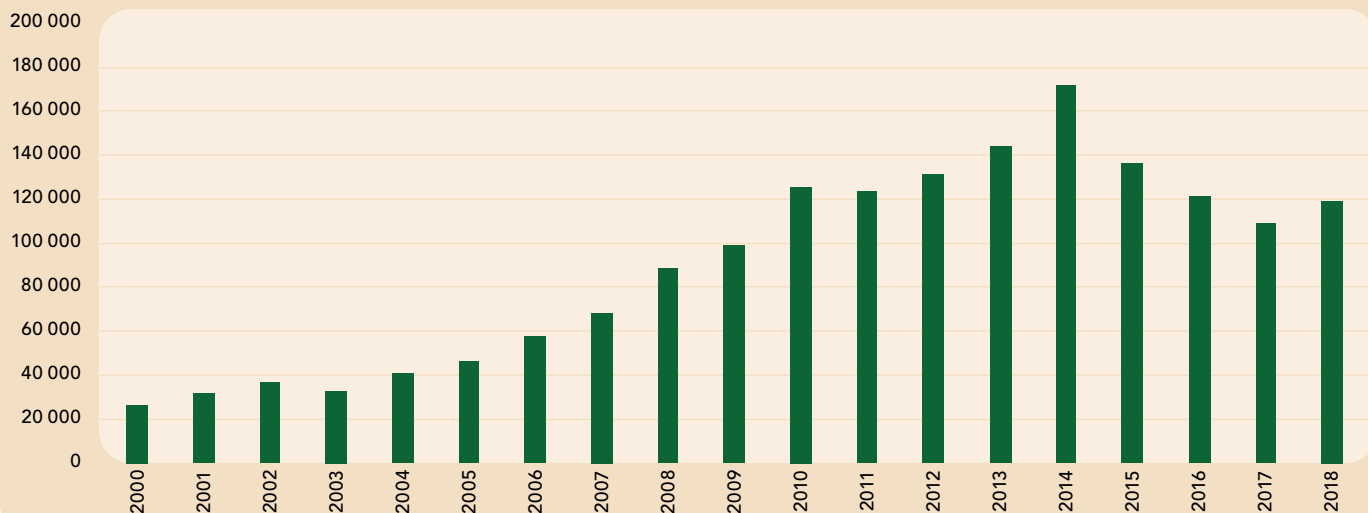
2007-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em relação aos usos, a formação bruta de capital fixo do governo geral reverteu a tendência de queda dos últimos três anos e passou de R\$ 109,2 bilhões, em 2017, para R\$ 119,2 bilhões, em 2018, registrando um crescimento, em termos nominais, de cerca de 9,1%. Esse movimento foi influenciado, especialmente, pelo forte crescimento dos investimentos na esfera municipal. A despesa de consumo final do governo cresceu 4,9% em termos nominais.

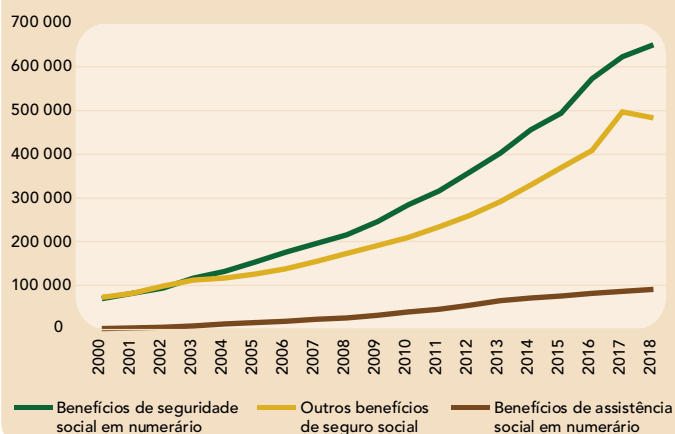
Formação bruta de capital fixo do governo geral (R\$ milhões) 2000-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O governo geral registrou uma queda de R\$ 35,9 bilhões no que diz respeito à necessidade de financiamento, passando de R\$ 465,2 bilhões, em 2017, para R\$ 429,1 bilhões, em 2018. Esse comportamento foi influenciado, de maneira geral, pelo crescimento de 8,0% da receita total em contraposição a uma variação de 4,9% das despesas totais das três esferas de governo. A liberação de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, observada em 2017 e que não se repetiu em 2018, foi o principal fator para a desaceleração do lado das despesas. Os benefícios sociais totais registraram variação positiva de 1,5 % no ano, ante uma variação de cerca de 13,4% em 2017.

Benefícios sociais do setor governo geral (R\$ milhões) 2000-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O setor famílias

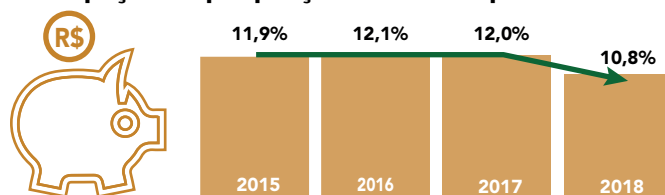
A principal fonte de renda do setor famílias é a remuneração dos empregados, paga, principalmente, por empresas e governo. As famílias também podem ter rendimentos da própria produção, como no caso dos autônomos e dos trabalhadores por conta própria. A renda disponível é formada por essas rendas acrescida de outras remunerações e transferências, subtraindo pagamentos como despesas com juros e contribuições sociais.

A participação da remuneração dos empregados na renda disponível das famílias apresentou trajetória de crescimento até 2011, quando atingiu o patamar máximo da série, em valores correntes (65,3%). Até 2017, todos os anos seguintes registraram queda nessa relação. Em 2018, a relação se manteve estável em 62,1%.

A renda consumida, ou seja, a parcela do consumo final das famílias na renda disponível, caiu até 2017 (88,3%), aumentando para 89,9% em 2018.

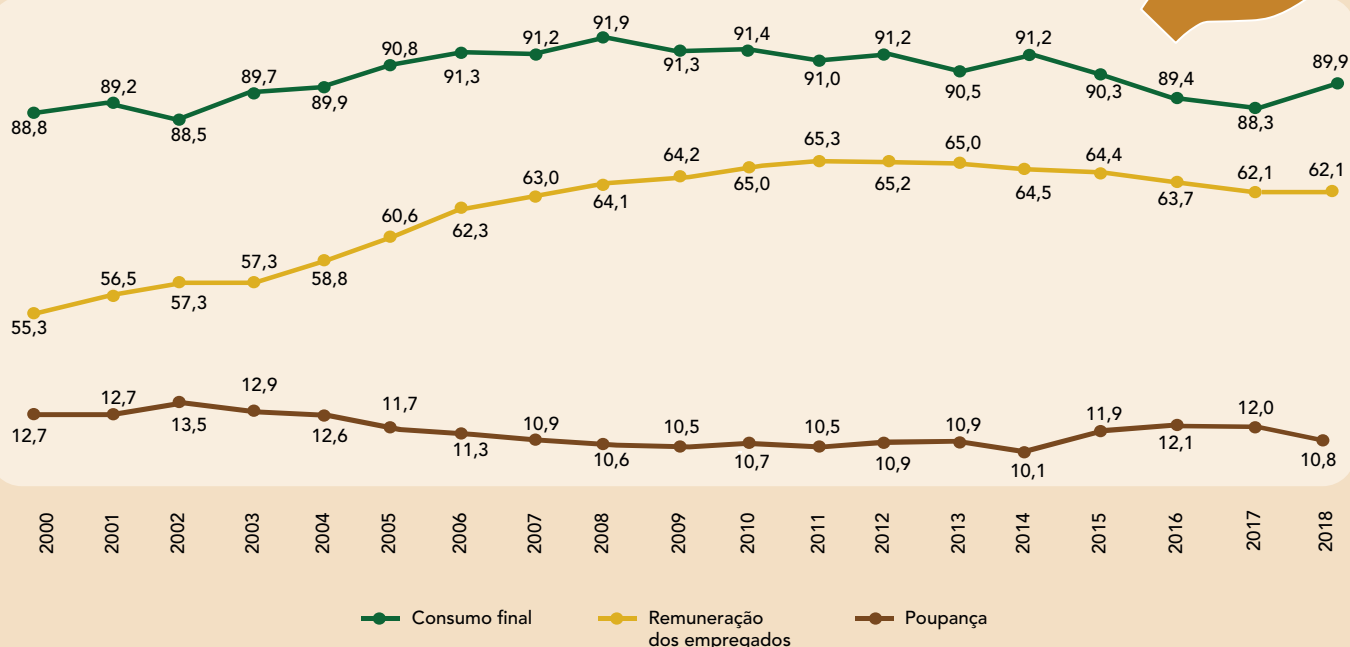
Entre 2014 e 2016, a poupança, que corresponde à diferença entre a renda disponível e o consumo final das famílias, aumentou sua participação na renda disponível (de 10,1% para 12,1%), sendo que, em 2018, essa participação caiu para 10,8%.

Participação da poupança na renda disponível



Participação na renda disponível das famílias (%)

2000-2018



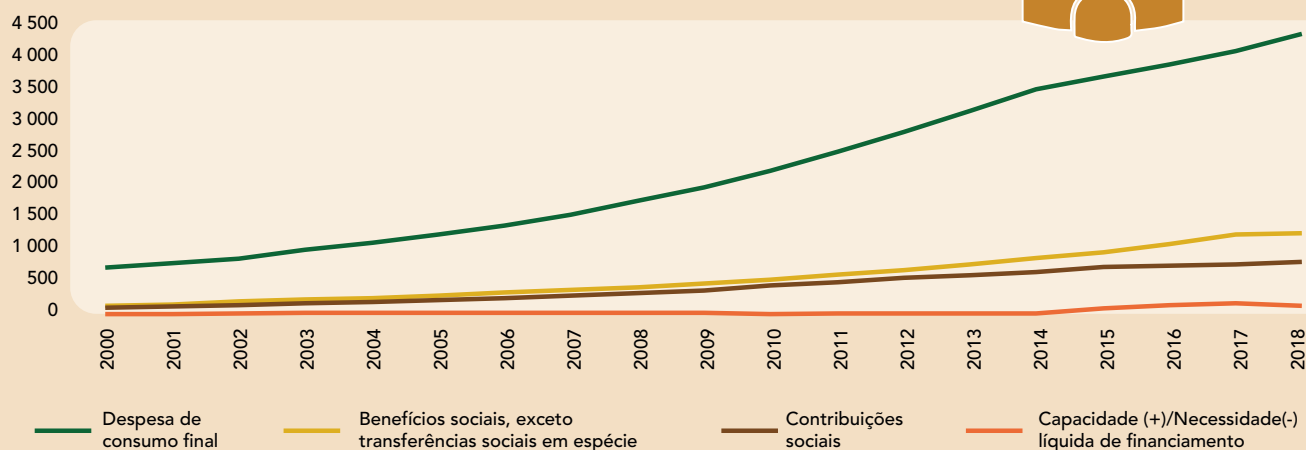
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em 2018, os benefícios sociais recebidos pelas famílias cresceram apenas 1,6% em termos nominais, enquanto as contribuições sociais pagas por esse setor aumentaram 4,4%. A razão para o pequeno crescimento dos benefícios sociais está no fato de que, em 2017, houve liberação dos saques das contas inativas do FGTS, o que não se repetiu em 2018, conforme já citado no tópico

O setor governo, contribuindo para o aumento nominal de 13,4% observado nos benefícios sociais naquele ano. Tal fato, juntamente com o aumento nominal de 6,4% na despesa de consumo final, colaborou para a queda de 19,6% na capacidade de financiamento do setor, que passou de R\$ 202,1 bilhões, em 2017, para R\$ 162,5 bilhões, em 2018. ■

Consumo final, benefícios sociais, contribuições e capacidade de financiamento das famílias (R\$ bilhões)

2000-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Visão sintética do panorama econômico nacional, segundo os principais indicadores 2010-2018

Principais indicadores	Visão sintética do panorama econômico								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Produção e renda									
Produção									
PIB (variação percentual em volume)	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	(-) 3,5	(-) 3,3	1,3	1,8
PIB (1 000 000 000 R\$)	3 885,8	4 376,4	4 814,8	5 331,6	5 779,0	5 995,8	6 269,3	6 585,5	7 004,1
PIB <i>per capita</i> (R\$)	19 938,60	22 259,91	24 278,35	26 657,54	28 648,74	29 466,85	30 558,75	31 843,95	33 593,82
Ótica da produção (variação percentual em volume)									
Valor adicionado bruto da agropecuária	6,7	5,6	(-) 3,1	8,4	2,8	3,3	(-) 5,2	14,2	1,3
Valor adicionado bruto da indústria	10,2	4,1	(-) 0,7	2,2	(-) 1,5	(-) 5,8	(-) 4,6	(-) 0,5	0,7
Valor adicionado bruto dos serviços	6,5	3,5	2,9	2,8	1,0	(-) 2,7	(-) 2,2	0,8	2,1
Ótica da demanda (variação percentual em volume)									
Despesa de consumo final	5,7	4,2	3,2	3,0	1,9	(-) 2,8	(-) 2,9	1,3	2,0
Formação bruta de capital fixo - FBCF	17,9	6,8	0,8	5,8	(-) 4,2	(-) 13,9	(-) 12,1	(-) 2,6	5,2
Exportação de bens e serviços	11,7	4,8	0,7	1,8	(-) 1,6	6,8	0,9	4,9	4,1
Importação de bens e serviços	33,6	9,4	1,1	6,7	(-) 2,3	(-) 14,2	(-) 10,3	6,7	7,7
Renda, poupança e investimento (%)									
Poupança/PIB	17,8	18,6	17,7	18,1	16,1	14,5	13,4	13,6	12,7
Taxa de investimento - FBCF/PIB	20,5	20,6	20,7	20,9	19,9	17,8	15,5	14,6	15,1
Poupança/renda disponível bruta	18,3	19,1	18,1	18,4	16,4	14,8	13,7	13,8	13,1
Taxa de autofinanciamento - poupança/FBCF	86,6	90,2	85,3	86,7	81,1	81,4	86,3	93,3	84,1
Remuneração dos empregados/PIB	41,6	42,2	42,8	43,2	43,5	44,6	44,7	44,3	43,6
Excedente operacional bruto + rendimento misto bruto/PIB	42,2	41,9	41,3	41,2	41,6	40,4	40,8	40,7	41,0
Capacidade (+) ou Necessidade (-) líquida de financiamento/PIB	(-) 4,0	(-) 3,2	(-) 3,7	(-) 3,5	(-) 4,4	(-) 2,9	(-) 1,6	(-) 1,0	(-) 2,4
Sector externo									
Saldo em transações correntes (1 000 000 000 US\$) (1)	(-) 79,0	(-) 76,3	(-) 83,8	(-) 79,8	(-) 101,4	(-) 54,5	(-) 24,2	(-) 15,0	(-) 41,5
Grau de abertura da economia: (importações + exportações)/PIB (%)	22,8	23,9	25,1	25,8	24,7	27,0	24,5	24,3	28,9
Investimento Direto no País - IDP (1 000 000 000 US\$) (1)	82,4	102,4	92,6	75,2	87,7	64,7	74,3	68,9	78,2
Investimento estrangeiro em carteira (1 000 000 000 US\$) (1)	(-) 66,9	(-) 41,2	(-) 15,8	(-) 32,3	(-) 41,4	(-) 17,8	20,0	17,7	6,9
Reservas internacionais (1 000 000 000 US\$) (1)	288,6	352,0	373,1	358,8	363,6	356,5	365,0	374,0	374,7
Política monetária, câmbio e preços									
IPCA (%) (2)	5,0	6,6	5,4	6,2	6,3	9,0	8,7	3,4	3,7
Taxa de juros SELIC (%) (1)	9,8	11,6	8,5	8,2	10,9	13,3	14,0	9,9	6,4
Taxa de câmbio (R\$/US\$) (1)	1,8	1,7	2,0	2,2	2,4	3,3	3,5	3,2	3,7
Trabalho									
Variação do número de ocupações (%)	1,6	1,5	1,4	1,6	2,9	(-) 3,3	(-) 1,6	1,3	2,7
Finanças públicas (%)									
Carga tributária bruta (impostos + contribuições/Produto Interno Bruto) (3)	33,1	33,9	33,5	33,5	32,8	33,0	33,3	33,4	33,6
Carga tributária líquida/Produto Interno Bruto (4)	18,9	19,6	18,6	18,1	16,7	16,2	15,1	14,0	15,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Dados obtidos do Banco Central do Brasil. (2) Média dos preços no ano, contra média do ano anterior. (3) Não inclui as contribuições sociais imputadas. (4) Desconta, da carga tributária bruta, os subsídios, benefícios e transferências às Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas
Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação
e Disseminação de
Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Pixabay

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de
resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre a
pesquisa/estudo

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>